

ARTIGOS

UMA SAÍDA PARA A FEE



GUILHERME SOCIAS VILLELA
Economista

O tema tem movimentado planejadores públicos tradicionais, economistas, professores e políticos: a eventual extinção da Fundação de Economia e Estatística (FEE), pelo governo do Estado – consoante projeto de lei em tramitação na Assembleia Legislativa.

Os principais argumentos relacionados com essa ideia dizem respeito à elaboração de trabalhos, pela FEE, que poderiam ser feitos mais adequadamente pelas universidades. De fato, no rol de seus trabalhos, encontram-se teses e ensaios, possivelmente de grande valor acadêmico, tais como: teoria econômica e Estado (de Keynes a Keynes); econometria; política monetária; produção capitalista; burguesia industrial e Estado nacional; participação das mulheres em igrejas cris-

tãs; refugiados da atual guerra na Síria; neoliberalismo na Nova República; valor, preços e distribuição (de Ricardo a Marx), entre outros.

De outra parte, a FEE possui excelentes trabalhos relacio-

dentre outros, de real importância para o Estado e para o setor privado (indústria, comércio, agricultura e agronegócio) do Rio Grande do Sul.

Ora, uma solução intermediária seria mudar a pauta dos trabalhos da FEE, passando esta a dedicar-se exclusivamente às mais diretas necessidades das gestões empresariais do Estado e do setor privado, evitando-se assim a elaboração acadêmica – típica do mundo universitário.

Enfim, seria a transformação da FEE numa entidade diretamente ligada às questões do Rio Grande do Sul. Assim, antes de sua extinção, poderia o governo do Estado reformular seu projeto de lei – que seria uma saída para as atuais discordâncias sobre o destino da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

Uma solução intermediária seria mudar a pauta dos trabalhos da FEE

nados com as necessidades diretas do Estado do Rio Grande do Sul, tais como, índices e indicadores econômicos; emprego e desemprego; cálculos do produto interno bruto regional,

SOBRE A POSSÍVEL EXTINÇÃO



THOMAS H. KANG
Pesquisador em Economia da FEE, professor assistente da ESPM-Sul
thomas@fee.tche.br

Não há dúvida de que são necessárias mudanças na gestão fiscal do Estado. O pacote do governo contém mudanças positivas. Destaco a questão da frustração de receitas, cujo impacto é atualmente absorvido tão somente pelo Executivo. Legislativo e Judiciário recebem toda a receita como previsto no orçamento, não importando quanto é a receita de fato. Há, no entanto, coisas que fazem pouco sentido no pacote, entre elas a extinção da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

É verdade que sou funcionário da FEE. No entanto, os motivos que tenho para defendê-la não são pessoais, tampouco corporativistas. Pessoalmente, eu já planejo há algum tempo pedir licença não remunerada para me dedicar ao doutorado. Sob essa ótica, ser demitido e receber FGTS até não seria ruim. Quanto à corporação, não há dúvida de que tenho amigos na FEE, do mesmo modo que no Judiciário, que não costumam poupar em minhas

críticas, assim como muitos sabem que economistas estão mais preocupados com suas divisões internas do que com a sua classe.

A FEE é responsável por diversos indicadores do Estado. Não bastasse o cálculo e divulgação do Produto Interno Bruto (PIB), a FEE trabalha com indicadores sociais, eco-

explica por que o presidente da Farsul e o secretário da Fazenda do governo Yeda questionam a inclusão da FEE no pacote. Se extinta, seria necessário criar um “departamento de estatística”: estaríamos meramente recriando a FEE.

Isso não significa que a FEE não tenha problemas. Carrego algumas frustrações em meus cinco anos como funcionário. Entretanto, elas se devem principalmente a anacronismos no funcionamento do Estado, que transcendem a FEE. São necessárias reformas no Estado a fim de modificar a gestão e estimular os funcionários, independentemente da questão da FEE. Mesmo com a extinção de alguns órgãos, os que forem mantidos continuarão com problemas sem reformas. O Estado precisa funcionar bem.

A FEE é a guardiã das informações socioeconômicas do Estado que podem subsidiar políticas públicas. Fechá-la é um erro. A solução é reformular as regras que a impedem de funcionar melhor.

Fechá-la é um erro. A solução é reformular as regras que a impedem de funcionar melhor

nômicos, demográficos etc. É a memória estatística do RS. Isso poderia ser feito por outra entidade? Talvez sim, mas colocar a produção de indicadores no coração do governo não inspira confiança. É por seu caráter independente que as estatísticas da FEE têm credibilidade. Isso

IOTTI

iotti@iotti.com.br



RBS BRASÍLIA

Carolina Bahia

carolina.bahia@gruporbs.com.br
@Carolina_Bahia

Veja outras colunas em
zerohora.com/
carolinabahia

Água fria na fervura da crise

Ficou valendo a meia-sola constitucional, como classificou **Marco Aurélio Mello**. Em nome da busca pela estabilidade na economia, ministros do STF resolveram levar adiante a saída “Tabajara” costurada pelo Senado: **Renan Calheiros** (PMDB-AL) permanece na presidência da Casa, mas não pode assumir a Presidência da República, caso seja necessário. O governo **Temer** assegura, assim, um aliado no comando do Senado para garantir a votação em segundo turno da PEC do teto. Esse é o resumo da ópera: os ministros do Supremo sucumbiram a Renan, jogando água fria na fervura da crise. O decano **Celso de Mello** se deu ao trabalho de adaptar o voto do julgamento anterior sobre réus na linha sucessória. Com isso, ele capitaneou o arranjo de última hora. Outros cinco

magistrados seguiram a mesma linha, acalmando os ânimos nas bandas do Planalto. Se não conseguisse levar adiante a PEC do teto, o governo **Temer** fecharia 2016 sem nada de concreto a apresentar. Renan desafiou o Supremo, não cumpriu medida judicial, e ri por último. Mas, pelo visto, tudo tem um preço. Foi retirada a urgência do projeto de abuso de autoridade. Além disso, senadores alimentavam o boato de que o projeto de reajuste do salário dos ministros entrará na pauta. Será? Renan é réu, responde a 11 inquéritos e está entre os alvos da Lava-Jato. Não cumpriu uma ordem judicial e desafiou o Supremo. Claro que não tem condições de comandar o Senado, mas saiu do episódio empoderado. Marco Aurélio tem razão: vivemos tempos estranhos. O problema é de que desta vez a voz das ruas não foi ouvida.

DEMOROU

Sempre muito discreto, **Teori Zavascki** verbalizou o que outros ministros do Supremo reclamam há tempos: desconforto com comentários públicos sobre decisões dos juízes. Um torpedo direcionado a **Gilmar Mendes**, que chega a ser desrespeitoso com os colegas.

REVISÃO

O deputado **Alceu Moreira** (PMDB-RS) concluiu o relatório sobre a admissibilidade da reforma da Previdência de maneira tão rápida, que a Comissão de Constituição e Justiça precisou devolvê-lo para adaptar o texto às retificações feitas durante o dia. A expectativa é de que o parecer revisado seja protocolado hoje.